

SUMÁRIO

EDITORIAL.....	655
----------------	-----

DOCTRINA

DIREITO ADMINISTRATIVO

Concessões de serviços públicos essenciais em regime não concorrencial: a delicada relação entre as concessionárias e a administração pública na atual economia de mercado <i>Concessions of essential public services on a non-competitive basis: the delicate relationship between concessionaires and public administration in the current market economy</i> FERNANDO HENRIQUE FRANCO DE AQUINO	23
---	----

DIREITO CIVIL

Releitura da responsabilidade civil em cirurgia estética à luz do novo CPC: obrigação de meio, e não de resultado <i>Reinterpretation of the plastic surgeon's civil liability in comestic surgery based on the new Brazilian code of civil procedure: obligation of means, not an obligation of result</i> MARCELO H. G. RIVERA M. SANTOS.....	53
O pluralismo como categoria para a compreensão das entidades familiares no Brasil contemporâneo <i>The pluralism as class for understanding the family entities in the modern Brazil</i> BIANCA CAMILE DOS SANTOS FILLA	87

DIREITO CONSTITUCIONAL

Ministério Público resolutivo: o modelo contemporâneo de atuação institucional <i>Resolutive Public Prosecution: the contemporary model of institutional performance</i> EDUARDO CAMBI e MARCOS VARGAS FOGAÇA	107
Medicamento <i>off label</i> : entre a cura e a precaução da saúde pública <i>Off label product: between the healing and notice of public health</i> FERNANDA GNOATTO	135
Foro por prerrogativa de função nas Constituições Estaduais: de onde viemos e onde chegamos <i>The prerogative of function by the guarantee of court in the States Constitutions: where we came from and where we arrived</i> EMERSON GARCIA.....	161

DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

As várias facetas da violência sexual infantojuvenil e a necessidade de efetivação das normas nacionais e internacionais

The various facets of children and youth sexual violence and the need for effective national and international norms

ALENCAR FREDERICO MARGRAF e ANDRÉLIS CHRISTINE DE MEIRA 185

DIREITO EMPRESARIAL

Marcas notórias: marca de alto renome e marca notoriamente conhecida

Notorious brands: high-reputation brand and well-known brand

MARIA ANTONIETA LYNCH DE MORAES e PERLLA LEITE ANDRADE SILVA 213

DIREITO INTERNACIONAL

A conformidade do direito estrangeiro com a ordem constitucional e convencional de origem – fundamentos e desafios do duplo controle no Brasil

La conformite du droit etranger a l'ordre constitutionnel et conventionnel de l'état d'origine. Fondements et defis du double controle au Bresil

GUSTAVO CERQUEIRA 237

DIREITO PROCESSUAL PENAL

O princípio da publicidade no processo penal equitativo: análise do princípio à luz do Direito Comparado e das decisões do Tribunal Europeu dos Direitos Humanos

The principle of publicity in a fair criminal procedure: analysis of the principle in the light of comparative law and the decisions of the European Court of Human Rights

IONILTON PEREIRA DO VALE 285

MEDIAÇÃO

A autocomposição e as pessoas jurídicas de direito público: o que mudou depois da Lei de Mediação?

The self-composition and the public legal entities: what has changed after mediation law?

KALINE FERREIRA 323

PARECER

Parecer

IVES GANDRA DA SILVA MARTINS e FÁTIMA FERNANDES RODRIGUES DE SOUZA..... 361

MEMÓRIA DO DIREITO

A crise da advocacia e o mercado de trabalho do advogado

LUIZ OLAVO BAPTISTA 365

ENTREVISTA

Entrevista com Marcelo Vieira von Adamek

ALINE DARCY FLÔR DE SOUZA e MARCELLA PÂMELA DA COSTA SILVA..... 393

JURISPRUDÊNCIA COMENTADA

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

- *HABEAS CORPUS* – Substitutivo de recurso – Tentativa de homicídio qualificado – Agente que atentou contra mulher grávida, valendo-se de relações domésticas, por meio cruel na presença do filho e mediante roleta-russa
Comentário por GABRIEL BULHÕES NÓBREGA DIAS: Ensaio sobre a racionalidade jurídica e a cólera punitivista 403
- SERVIDOR PÚBLICO – Remoção – Pedido formulado com base na transferência do cônjuge – Teoria do fato consumado que não se sustenta e se aplica a casos excepcionais de boa-fé
Comentário por FRANCISCO GLAUBER PESSOA ALVES..... 432
- EXECUÇÃO – Duplicata sem aceite e não protestada – Aceite que é ato formal, devendo aperfeiçoar-se na própria cártula – Ao reverso, o comunicado sinalizou discordância para com o crédito
Comentário por CLÁUDIA MARA DE ALMEIDA RABELO VIEGAS e LUIS HENRIQUE VASCONCELOS DA SILVA LETRA 453
- PIS E COFINS – Base de cálculo – Valores pagos pelas empresas de transporte às rodoviárias
Comentário por CAIO AUGUSTO TAKANO e MICHELL PRZEPIORKA: Reflexões sobre o conceito de receita para fins de incidência da contribuição ao PIS e da COFINS 481
- CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA – Pagamento pecuniário – Extinção da punibilidade – Contribuinte que deixou de exibir livros e documentos fiscais exigidos pela autoridade fiscal
Comentário por LEONARDO NUNES MARQUES e VÍCTOR MISSE GUIDI: Contexto fático ... 506
- SUCUMBÊNCIA – Rateio dos ônus processuais – Pagamento efetuado por terceiro que extingue o processo sem resolução de mérito por perda superveniente do objeto
Comentário por ALEXANDRE MINATTI..... 520

JURISPRUDÊNCIA ANOTADA

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Decisões Monocráticas

- COLABORAÇÃO PREMIADA – Homologação de acordo – Indicação de notícia de fatos, em tese criminosos, praticados por autoridades com foro por prerrogativa de função.. 537
- RECLAMAÇÃO CONSTITUCIONAL – Violação à Súmula Vinculante 13 do STF – Instrumento que não é adequado para o debate acerca da existência de “fraude à lei” na nomeação que resulta em possível nepotismo..... 539

- PRISÃO PREVENTIVA – Manutenção da constrição – Excesso irrazoável no tempo de segregação cautelar imputável ao aparelho judiciário..... 541
- *HABEAS CORPUS* – Impetração a favor de pessoas indeterminadas que desejam exercer seu direito de manifestação em hora e local determinado..... 545
- LEGITIMIDADE ATIVA AD CAUSAM – Ação direta de inconstitucionalidade – Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal – Questionamento de validade jurídica constitucional de alguns dispositivos previstos no Regulamento Administrativo do Senado 547
- PROCESSO ADMINISTRATIVO – Falta de defesa técnica por advogado – Ofensa aos princípios do contraditório e da ampla defesa, corolários do devido processo legal..... 549

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

- IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA – Juiz de Direito que altera minuta elaborada por seu assessor em decorrência de amizade com advogado do reclamante, obtém empréstimo sem pagar e favorece auxiliar 553
- PREVIDÊNCIA SOCIAL – Salário de benefício – Integração das parcelas do décimo terceiro – Princípio do *tempus regit actum*..... 557
- PENHORA – Ação de cobrança de aluguel e encargos locatícios – Regra da impenhorabilidade que pode ser relativizada quando a hipótese concreta dos autos permitir que se bloqueie parte da remuneração..... 560
- PROPRIEDADE INDUSTRIAL – Violação de direito marcário – Quantificação do dano por analogia com base na Lei de Direitos Autorais..... 562

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

- HORAS EXTRAORDINÁRIAS – Inexistência de comprovação de compensação de horas, uma vez que não houve acordo individual escrito, nem coletivo e muito menos convenção coletiva..... 567

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

- PROPAGANDA ELEITORAL – Necessidade de adoção de tempo destinado à promoção e à divulgação da participação política feminina 571

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1.ª REGIÃO

- IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA – Revelação de informação submetida ao dever de sigredo, obtida em razão do cargo de papiloscopista da Polícia Federal – Violação do sigilo funcional, atentando contra os princípios administrativos..... 579

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2.ª REGIÃO

- SERVIDOR PÚBLICO – Cessão do âmbito federal para o municipal – Restituição do pagamento de adicional de insalubridade 585

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO AMAZONAS

- CRIME – Roubo, extorsão qualificada, extorsão mediante sequestro e dano – Empreitada criminosa em concurso de agentes e mediante emprego de arma de fogo, onde restringiram a liberdade das vítimas para que garantissem o acesso à agência bancária e possibilitasse a abertura do cofre 589
- PENA – Dosimetria – Reestruturação pelo juízo ad quem – Deficiência ou falta de fundamentação da pena que pode ser corrigida em sede de apelo ou revisão 589

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESPÍRITO SANTO

- MANDADO DE SEGURANÇA – Impetração pela Defensoria Pública para a obtenção de prontuário médico de paciente falecido 595

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO

- MANDADO DE SEGURANÇA – Ofensa a direito líquido e certo – Autuação do Estado que ocorreu fora dos ditames da legislação ambiental 599

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MATO GROSSO

- RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO – Danos material e moral – Acidente de trânsito – Abaloamento em cruzamento – Laudo pericial que indica ausência de sinalização adequada por defeito em semáforo 603

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PARÁ

- LEGITIMIDADE ATIVA *AD CAUSAM* – Ação negatória de paternidade cumulada com cancelamento de registro intentada por terceiros – Direito personalíssimo que pertence ao pai ou ao filho 607

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA

- PREVIDÊNCIA SOCIAL – Benefício previdenciário – Concessão em razão de deficiência física 611

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

- SEGURO – Contratação por telefone – Segurada que tem pedido negado para cobertura de tratamento de câncer – Relação de consumo cuja natureza pede a inversão do ônus da prova 615

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PARANÁ

- EMBARGOS À EXECUÇÃO – Agravo retido interposto contra decisão saneadora que indeferiu a produção de provas, anunciando o julgamento antecipado do feito – Violação do devido processo legal 621

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO DE JANEIRO

- DIREITO AUTORAL – Violação – Grife que efetua a comercialização de camisetas estampadas com nome e trecho de letras de músicas 625

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO GRANDE DO NORTE

- AÇÃO POPULAR – Ressarcimento ao erário – Fornecimento de combustíveis por meio de contratação direta durante a vigência de decreto de calamidade administrativa 629

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE RORAIMA

- ICMS – Cobrança da diferença de alíquota – Empresa de engenharia que não logrou comprovar que as mercadorias compradas em outro Estado seriam utilizadas como insumo para realização de sua atividade-fim 635

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO GRANDE DO SUL

- AÇÃO CIVIL PÚBLICA – Ministério Público e Tribunal de Contas que pedem acesso aos documentos da Secretaria Estadual da Fazenda – Acesso à informação que é direito subjetivo atribuído constitucionalmente a qualquer cidadão 639

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO

- AÇÃO CIVIL PÚBLICA – Pretensão de compelir empresa a fornecer faturas detalhadas de conta de telefone em meio acessível a pessoas com deficiências visuais..... 645

TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR DE SÃO PAULO

- CRIME MILITAR – Falsidade ideológica – Inserção de dados falsos em relatório de serviço operacional..... 649

ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO

ÍNDICE DE TEMAS..... 653

ÍNDICE DE AUTORES..... 657

NORMAS DE PUBLICAÇÃO PARA AUTORES DE COLABORAÇÃO AUTORAL INÉDITA..... 661